

Chefia do Governo

CONSTITUIÇÃO DO REINO PARLAMENTAR DO MAHIRI DE 2021

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo mahirano, reunidos em Palácio da Planície para instituir um Estado Parlamentar, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos a seguinte CONSTITUIÇÃO DO REINO PARLAMENTAR DO MAHIRI.

TÍTULO I

PODER POLÍTICO

Art. 1º Em território nacional sobre o poder do Reino Parlamentar do Mahiri, quem obtém o maior poder político é o Chefe do Governo, podendo, principalmente:

- I - Criar novas leis;
- II - Renovar o Parlamento e convocar novas eleições;
- III - Convocar votações;
- IV - Modificar a constituição (com concordância dos demais membros do Parlamento);
- V - Declarar guerras internacionais; e
- VI - Modificar leis.

§ 1º O Chefe do Governo é nomeado após uma eleição de eleição por aprovação.

Art. 2º Portanto, o Chefe do Estado tem a responsabilidade de ligações internacionais, tendo o poder de:

- I - Iniciar parcerias econômicas;
- II - Representar o reino internacionalmente;

III - Declarar guerras internacionais (com concordância do Chefe do Governo e os demais membros do Parlamento);

IV - Renovar o Parlamento e convocar novas eleições;

V - Confirmar e nomear oficialmente o Chefe do Governo; e

VI - Autorizar formações de novos partidos.

Art. 3º O Parlamento será composto de 20 políticos sendo eles:

I - 1 Chefe do Estado

II - 4 Auxiliares do Estado

III - 6 Deputados

IV - 10 opinantes do Governo

§ 1º Os auxiliares do Estados têm a responsabilidade de auxiliar o Chefe do Estado, podendo:

I - Criar novas leis (com autorização de um deputado);

II - Convocar votações;

III - Votar para modificar a constituição; e

IV - Modificar leis.

§ 2º Os Deputados têm responsabilidade e poder pelas leis, podendo:

I - Criar novas leis;

II - Votar para modificar a constituição; e

III - Modificar leis.

§ 3º Os opinantes do Governo devem opinar em mudanças no Parlamento ou em votações dentro do mesmo.

§ 4º Todos os políticos do Parlamento, deverão ser eleitos por uma eleição proporcional.

TÍTULO II

CONSIDERAÇÕES, DIREITOS E DEVERES DA POPULAÇÃO

CAPÍTULO I

DA NACIONALIDADE E DEVERES

Art. 4º Todos os cidadãos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos mahirano e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Art. 5º São considerados cidadãos mahiranos todos os que, ao menos um dos pais moraram no país por mais de 30 anos, com mais de 18 anos de idade.

Art. 6º São deveres da população os seguintes tópicos:

I - Participar das eleições; e

II - Acusar cidadãos desrespeitando as leis.

Art. 7º Emenda I: TÍTULO II CAPÍTULOS I, II E IV Constituição brasileira.

§ 1º NÃO É CONSIDERADO qualquer artigo/parágrafo da Emenda I que se trata da oposição dos artigos apresentados aqui.

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS PARTIDÁRIOS

Art. 8º Para iniciar um partido político no Reino Parlamentar do Mahiri, é necessário:

I - Os diretores e os concorrentes de Chefe do Governo do partido devem conhecer toda a Constituição do Reino Parlamentar do Mahiri de 2021; e

II - Ter, no mínimo, metade de concorrentes para o Parlamento e um Chefe de Governo.

§ 1º Após cumprir os requisitos, o partido deve solicitar aprovação ao Chefe de Estado.

Caçapava, 19/08/2021

Participantes: Antonio Marques - Sthefany Brito - Iuri Gabriel - Pyetro Henrique - Andrei Wruck.